

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray

Organizadores

Rio Grande do Sul



Paisagens e Territórios em Transformação

Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray
Organizadores

Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação

Segunda Edição

**UFRGS**
EDITORA

© dos autores
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt
Editoração adicional: Luciane Delani

R585 Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. / organizado por Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertegaray. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360p. : il. ; 16x23cm

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.
Inclui referências.

1. Geografia – Rio Grande do Sul. 2. Paisagens – Transformações – Degradações ambientais – Reconstrução. 3. Problemas ambientais – Brasil – Rio Grande do Sul – Ações políticas – Ações técnicas. 4. Paisagem metropolitana – Transformações – Degradação da água – Bacias hidrográficas. 5. Bacia hidrográfica – Rio Ibicuí – Qualidade da água. 6. Sociedades humanas – Integração – Relações dinâmicas – Natureza. 7. Disputas territoriais – Aspectos econômicos – Indutores de renda – Força produtiva. 8. Transformações agrárias – Reforma agrária – Rio Grande do Sul. 9. Paisagens – Imagens – Representações. 10. Disputas territoriais – Território regional – Identidade – Gaúchos. 11. Geografia – Transformações espaciais – Educação formal – Educação informal – Relações – Sociedade gaúcha. I. Verdum, Roberto. II. Basso, Luis Alberto. III. Suertegaray, Dirce Maria Antunes.

CDU 911.375:504(816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0165-4

A produção social do espaço agrário

Luiz Fernando Mazzini Fontoura

“Agrário não é sinônimo de rural. A Geografia Rural é a geografia do campo”. O geógrafo francês Max Derruau salienta a diferença, lembrando que nem tudo que está no campo pertence diretamente ao trabalho com a terra. Existem elementos, atividades e pessoas que só indiretamente interessam a Geografia Agrária.

Com o objetivo de entender a paisagem deixada pela atividade agrária, esse autor chama a atenção para algumas características particulares como:

– o meio físico, que mesmo modificado pelo homem, ainda influencia a vida agrícola;

– a atividade agrícola é espacialmente difusa fazendo referência a Pierre George;

– fenômenos à escala mundial como a revolução industrial e crises econômicas, influenciam o campo.

Conclui o autor francês que, estudar o espaço rural é estender a interdependência destes elementos influenciados pelas condições locais e mundiais. Todavia, o objetivo de todo esse estudo é chegar à confecção de Grandes Esquemas Agrários (Derruau, 1982, p. 309), que, como salienta, podem ser estudados sob vários pontos de vista,

Luiz Fernando Mazzini Fontoura é professor doutor no Departamento de Geografia e no PPG em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É, no entanto mais geográfico um estudo dos esquemas agrários, de acordo com o meio físico em que eles estão implantados. Por meio físico entendemos essencialmente as zonas climáticas, ainda que dentro de cada zona esses esquemas sejam classificados de acordo com seu tipo de organização, tipo esse que está relacionado com as variações locais do meio físico e com as condições demográficas, históricas e econômicas.

Está amarrado, portanto, ao pensamento geográfico possibilista, no qual a sociedade se adapta à forma como a natureza se manifesta. Seu precursor, Paul Vidal de La Blache, dizia que desta relação sociedade-natureza decorre os gêneros de vida, que seria: uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida. (Moraes, 1988, p.69)

Assim, está lançada a sorte. Cada sociedade irá explorar o meio conforme as possibilidades do meio e dela própria, sociedade.

Retornando a Derruau (1982, p. 169), a noção de modo de vida pode ser usada modificando-a, substituindo por uma noção definida como “o conjunto de hábitos pelos quais o grupo que os pratica assegura a sua existência” Atividades como a pesca, a caça, a colheita etc, integram um certo número de elementos como instrumentos (tipo de charrua, rede), processos (colheita, queimada) e elementos sociais como os laços que unem uma comunidade de trabalho; Derruau (1982, p.170) diz ainda que Max Sorre lembra que os elementos de um modo de vida são técnicas e que, algumas delas são elementos jurídicos, que, Vidal de La Blache, marxista, sem o saber, considerava como a superestrutura do modo de vida. De qualquer forma, os modos de vida espelham formas de adaptação humana ao meio em diferentes cantos do planeta.

Um outro autor, também francês, Daniel Faucher, em seu livro *Geografia agrária* – tipos de cultivo, tem como eixo a natureza dos produtos, as condições econômicas de sua obtenção, o modo de vida com o objetivo de traçar os grandes quadros da vida rural. Difere Faucher de Derruau, que além da casa, dos tipos de cultura etc., podemos encontrar um estudo em nível de sistemas de produção, no qual, *grosso modo*, encontramos divisão do trabalho e patamar tecnológico nas suas descrições.

A geografia francesa pós La Blache produziu um roteiro de *Geografia humana e agrária* que serviu num momento em que as regiões agrícolas se encontravam bastantes autônomas e diversificadas, resultando por isso, em grandes esquemas agrários “fotografados” e descritos nas diferentes zonas climato-botânicas do planeta.

Mas hoje? Dado o grau de especializações e integrações econômicas, tecnológicas, dos fluxos de mão-de-obra e da diversificação do capital, em que o rural se difere do urbano? Quais são os limites impostos pela natureza? Quais são as chaves para o estudo da Geografia Agrária?

Em primeiro lugar, no campo, um instrumento fundamental de produção é a terra. Ainda segundo Martins (1986), a terra não tem valor, no sentido em que não é materialização do trabalho humano. Por isso mesmo, a terra é um instrumento qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Logo, o fruto da terra é fruto do trabalho, mas a própria terra não o é. A terra não é um bem reprodutível. É um bem natural e mais, nem toda terra é agricultável. Em dois sentidos:

- condições naturais: desertos, inundações;
- distância-incorporação: proximidade das áreas de maiores densidades demográficas.

Sobre o primeiro, lembremos que apesar das plantações irrigadas de Israel e alguns países árabes, o custo de produção é muito alto e jamais sobreviveria se dependesse apenas do mercado. Quanto ao segundo, lembremos da região centro-oeste nos anos 50, longe demais das capitais!

E como se não bastasse, mesmo com toda tecnologia disponível, os agentes naturais ainda atuam de forma determinante sobre o tempo de produção, diferenciando este tempo do tempo de trabalho. Esta descontinuidade que caracteriza o período de produção na agricultura traz como consequente uma rotação mais lenta dos capitais empregados nesta atividade produtiva (Delgado, 1985, p. 117). Ou seja, em uma lavoura em que o emprego de capitais e trabalho seja utilizado, existe um período de trabalho, preparação da terra, plantio e colheita, e um tempo de não-trabalho, de crescimento da planta onde os agentes da natureza atuam. O processo de produção pode não se renovar imediatamente, obedecendo a calendários (safras) agrícolas que dependem das condições impostas pela Natureza.

Portanto, diferente da produção urbana-industrial, onde o tempo de produção e o tempo de trabalho podem ser aproximados através da tecnologia.

A incorporação do meio rural pelo modo de produção capitalista se dá tornando viável a rotação do capital na agricultura, igualando artificialmente o tempo de produção e o tempo de trabalho através do crédito subsidiado para a agricultura. Assim, a participação do Estado é decisiva.

No caso brasileiro, vejamos:

- 1850: LEI DE TERRAS
- 1929-30: BASES PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO, ALIANÇAS DE CLASSES
- 1950: PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA
- 1964: ESTATUTO DA TERRA
- 1980: FIM DOS MILAGRES
- 1990: MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O Brasil urbano-industrial nasce a partir de 1920-1930, e a incorporação do rural após 1964.

A Lei de Terras de 1850 substituiu a Lei das Sesmarias, dá fim ao acesso a terra por meio de concessões, estabelecendo o mercado como regra para a aquisição. Ao mesmo tempo em que a abolição do tráfico de escravos encaminha para o nascimento do campesinato (Moreira, 1990, p. 36). O acesso a terra através da compra exclui a maior parte da população brasileira – quase sua totalidade – formando três modalidades, segundo Moreira (1990, p. 37):

- A do campesinato que combina em si a condição da reprodução do trabalhador assalariado e camponês como morador, o colono e seringueiro;
- a do campesinato familiar autônomo, como o das colônias de imigrantes;
- e a do campesinato de fronteira, como o posseiro que se localiza na linha de frente do espaço ocupado para dedicar-se a uma policultura livre.

A partir dos anos 1920-1930 as bases para a industrialização começam a ser implantadas no governo Vargas, que costura uma aliança entre a burguesia industrial nascente e a oligarquia rural. A partir destes anos a produção industrial nacional toma grande impulso, bem como a movimentação da população rural em direção às cidades, motivados também, pela regulamentação do trabalho urbano.

Nos anos 50, o processo de industrialização toma um impulso maior orientado mais pelas “necessidades da acumulação e não as de consumo” (Oliveira, 1984, p. 55), caracterizado pela produção de bens de consumo (“substituição de importações”). A população urbana aumenta junto com os grandes centros urbanos, e a agricultura fornece alimentos a baixo custo, mantendo a reprodução da força de trabalho, por um lado, e por outro, com produtos para a exportação, contribuindo no balanço de pagamentos do país. No primeiro caso, as unidades de produção de base familiar fornecem “excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo da reprodução da força de trabalho rural” (Oliveira, 1987, p. 24) para os produtos generalizados de consumo interno. Soma-se a isto produtos como o arroz e o trigo que contavam com apoio governamental (subsídio), gênese da agricultura mecanizada no estado do Rio Grande do Sul. No segundo caso, o melhor exemplo de intervenção oficial no sentido de articular a agricultura aos interesses do crescimento industrial é o café e a política do Instituto Brasileiro do Café, o IBC.

Todavia, mesmo nos produtos que contavam com a proteção e apoio oficiais, a elevação da base técnica não se fez significativa. O aumento da produção se dá mais extensivamente do que intensivamente, e justamente neste período, que dentro do latifúndio as pressões aumentavam, aumentando também as tensões sociais e a necessidade da reforma agrária.

O golpe militar de 64 vem colocar uma pá de cal nos planos excessivamente nacionalistas do populismo, direcionando a expansão dos interesses das multinacionais sobre a agricultura brasileira em uma integração indústria-agricultura-indústria.

O instrumento utilizado para isto é o Estatuto da Terra, que não cria ou soluciona os problemas já existentes, mas sintetiza e organiza a ação conjunta do Estado no sentido da integração campo-cidade à luz dos interesses do segundo.

O Estatuto da Terra tinha dois objetivos amplos: promover a Reforma Agrária e promover uma mudança na base técnica da agricultura brasileira. O primeiro nunca saiu do papel. O segundo, mais significativo porque mudou para sempre a regionalização da agricultura, será mais bem analisado. Vejamos o Estatuto (1985, p. 221):

A interdependência entre o campo e o urbano e industrial é contingência do próprio desenvolvimento econômico do país e essa interdependência traduz-se nos seguintes aspectos fundamentais do processo de crescimento e integração nacionais, dando à Política de Desenvolvimento Rural várias e insubstituíveis atribuições:

- a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos;
- c) criar, pela elevação do nível de vida rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do país;
- d) concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas migrações entre o campo e a cidade, tanto pela criação nas áreas urbanas de empregos para absorver mão-de-obra liberada do campo pela introdução de tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão-de-obra acrescida pelo incremento demográfico;
- e) fixar, na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permanente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam.

Como já vimos, os dois primeiros itens do Estatuto vinham se desenvolvendo desde os anos 20-30, são apenas intensificados. O terceiro ponto mostra a articulação da agricultura com a indústria a montante e a jusante, ou seja, comprando da indústria e vendendo matéria-prima para a indústria. Uma ampliação significativa para a produção urbano-industrial, ampliando também as oportunidades de negócios na prestação de serviços. Os dois últimos itens estão relacionados à estratégia do Estado, que através dos projetos de colonização, cria a sociedade de adoção para aqueles que não foram para a cidade, aliviando a tensão social criada pela expansão da lavoura capitalista, e, na vastidão do “território nacional” promove a ocupação do *heartland* brasileiro, projeto geopolítico sonhado desde o Plano Ramos de Queiroz, de 1874, e executado à luz da estratégia sintetizada por Golbery do Couto e Silva (Silva, 1981 e Mattos, 1985).

A partir desta nova relação cidade-campo se dá a integração nacional, redefinindo os papéis das regiões brasileiras, ou seja, “de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional

localizada em diversas partes do território nacional” (Oliveira, 1984, p.55). Portanto, a passagem de regiões relativamente autônomas e policultoras para a especialização regional – nova regionalização – segundo uma nova divisão interna do trabalho que tem o Sudeste como polo gerador de decisões (concentração de capitais, produtos industrializados, PIB, densidade demográfica, mídia etc). Em outras palavras, a sociedade urbano-industrial concentrada no sudeste passa a impor a mudança de ritmo sobre as demais regiões, impondo um novo processo de regionalização cujo norte é a diversificação de capital.

Entendemos assim, que a efetiva incorporação do rural à lógica do Brasil urbano-industrial se dá a partir do Estatuto da Terra, que é o “Plano Diretor”.

Entretanto para que isto ocorra é preciso tornar a rotação do capital viável, ou seja, o tempo de produção e o tempo de trabalho na agricultura semelhante ao da indústria, equiparando a taxa média de lucro entre um e o outro.

A forma encontrada para isso aqui no Brasil como em qualquer lugar do mundo capitalista, é o crédito subsidiado para a agricultura. É bom lembrar que na atividade agrícola, como já mencionamos, a terra é o meio de produção principal, e como tal, define o tempo de produção do produto final. Esse descompasso entre a atividade industrial e agrícola, faz com que o Estado torne o dinheiro para a agricultura mais “barato”. Soma-se a esta característica da produção agrícola outras como a sazonalidade da produção, riscos frente aos agentes naturais (secas, enchentes etc), perecibilidade, armazenamento, transportes etc.

Por isso no Capítulo Da assistência e proteção à economia rural do Estatuto da Terra (1985, p. 61), serão mobilizados os seguintes meios dentro das diretrizes fixadas para a política de desenvolvimento rural:

- I- assistência técnica;
- II- produção e distribuição de sementes e mudas;
- III- criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial;
- IV- mecanização agrícola;
- V- cooperativismo;
- VI- assistência financeira e creditícia;
- VII- assistência à comercialização;
- VIII- industrialização e beneficiamento dos produtos;
- IX- eletrificação rural e obras de infraestrutura;
- X- seguro agrícola;
- XI- educação, através de estabelecimentos agrícolas de orientação profissional;
- XII- garantia de preços mínimos a produção agrícola.

Alguns pontos devem ser ressaltados para entendermos melhor as condições em que ocorre a reprodução do capital na agricultura. A assistência

técnica, que orienta a elevação da base técnica e o patamar tecnológico na atividade agrícola, o faz no sentido da mecanização e da industrialização e beneficiamento dos produtos, a mencionada integração indústria-agricultura-indústria. A assistência financeira e creditícia são seletivas, ligada a formação de cooperativas, que vão se tornando uma forma organizada de buscar recursos, fazer pressão política e especializar-se, territorializando a produção, do qual o preço mínimo deve ser entendido como preço mínimo para a remuneração do capital na agricultura (D-M-D' na agricultura).

O processo de modernização na agricultura e a formação de regiões agrícolas ocorrem de maneira diferenciada nas oportunidades econômicas. Como escreve Delgado (1985, p. 42):

Todo este processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

O projeto modernizante abrange os estados do centro-sul jogando as demais regiões brasileiras para papéis periféricos. A integração de capitais pela formação do Complexo Agroindustrial e a conseqüente regionalização da produção, tem por objetivo uma busca da taxa média de lucro do conglomerado, ou seja, da integração do capital financeiro à agricultura. Desta forma, o Estado através da política econômica, discrimina a “planificação do lucro para os grandes capitais, enquanto os pequenos ficariam regulados pelo mercado” (Delgado, 1985, p. 135).

Ao longo das décadas de 60 e 70 o Estado intervém no sentido de tornar a agricultura capitalista viável, proporcionando infraestrutura para o transporte (corredores de exportação, entroncamentos rodo-hidro-ferroviários etc) e armazenamento. Época de captação de dinheiro fácil no mercado internacional, ou do “milagre brasileiro”, as cidades crescem e a paisagem rural se modifica rapidamente.

A ideologia do moderno, o campo visto pelos olhos urbanos, associa a não-mecanização ao atraso, ao arcaísmo, ao conservadorismo, à falta de escolaridade, à irracionalidade. O trabalho de extensão rural leva ao produtor o discurso da produtividade, mas não avalia a rentabilidade diferenciada dos produtos. Com programas (pacotes agrícolas) norteados no sentido da integração da agricultura com a indústria, não houve diferenciação segundo o patamar tecnológico, capacidade de endividamento ou particularidades da pequena produção familiar. Simplesmente foram taxados de refratários à adoção de tecnologias novas e pronto. Isso só ajudou a mascarar a importância do pequeno produtor, sua lógica, o projeto de modernização possível e a relação cidade-campo.

Entretanto, a territorialização do projeto do Estado – via Estatuto da Terra – seria abstração se não houvesse do outro lado interesses localizados e a gestação de atores sociais há muito tempo: a formação dos granjeiros que representariam uma racionalidade e um ritmo diferente à produção.

Como já vimos, a modernização na agricultura não se dá por uma necessidade interna dela própria, como por exemplo, uma pressão de consumo de alimentos generalizados. Está, isto sim, vinculada aos interesses do Estado e este à expansão da produção industrial, bem caracterizado no Estatuto da Terra.

Em sendo assim, quais seriam os produtos que viabilizariam a modernização? No estado do Rio Grande do Sul, segundo Brum (1988, p. 64), o arroz foi a primeira lavoura a se modernizar já no início deste século. As condições naturais favoráveis, com várzeas e margens de lagoas e rios, disponibilidade de mão-de-obra e a existência de capital disponível nas mãos de comerciantes e profissionais liberais, fez com que se desenvolvesse em torno de cidades como Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul, a lavoura irrigada do arroz.

Já a cultura do trigo como a do arroz, contavam com uma política protecionista do Governo Federal que, também, surge como uma agricultura mecanizada nas mãos de empresários que não são colonos, “um grupo de pessoas em estado de organizar empresas mecanizadas de produção tritícola” nas palavras de Frantz (1982, p. 31).

Portanto, nas condições para a modernização na agricultura temos:

- o interesse do Estado na expansão da produção do arroz e do trigo para a alimentação da população urbana (consumo interno e substituição de importações), proteção esta que vinha se desenhando desde o início do século para o primeiro e na década de 40 para o segundo. No caso da soja, associada à lavoura do trigo, a partir da década de 60, como um produto gerador de divisas;

- o interesse de empresas nacionais e principalmente transnacionais em expandir seus negócios para a agricultura brasileira, tanto na produção de equipamentos, insumos etc, como no beneficiamento da produção agrícola, a partir da Segunda Guerra Mundial, como a poderosa Bunge y Born;

- a possibilidade do surgimento de atores sociais, os granjeiros, de origem urbana, com interesse de diversificar seus capitais na agricultura.

A pecuária no Rio Grande do Sul

A produção pecuária não foge ao problema da diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, entre outros.

No caso da produção de suínos e aves a estratégia da indústria foi a de integrar-se a pequenos produtores de regiões coloniais, fornecendo assistência técnica e as matrizes, garantindo com isso a padronização e o abastecimento regular dos produtos. Com isso a etapa “lenta” da rotação do capital fica nas mãos dos pequenos produtores, que uma vez padronizados, criam um vínculo de dependência com a indústria.

Este processo de integração de produtores com a indústria desenvolve-se e regionaliza-se principalmente no oeste catarinense, aumentando a produtividade a partir de uma divisão do trabalho promovida pela formação dos condomínios. A divisão das etapas de nascimento, crescimento e engorde dos suínos entre os produtores, garantiram-lhes um retorno mais rápido do capital investido, bem como um poder de pressão maior sobre os preços com a indústria.

Já no caso da pecuária bovina, no Rio Grande do Sul onde queremos nos deter, esta diminuição do tempo de produção é ainda mais lenta. Atividade predominante da região da campanha gaúcha, realizada extensivamente, em estrutura latifundiária e com custos de produção muito baixos, decorre disto que a gênese deste sistema de produção está diretamente ligada à ocupação da área de fronteira e a própria atividade pecuária, ou seja, alimentação da força de trabalho nas minerações ou nas “plantations” desde os tempos de Brasil colônia.

Se por um lado a concessão de terras era generosa, a quem ocupava e garantia o território nacional, o custo da produção não poderia comprometer a acumulação de riquezas dos setores da mineração e das monoculturas tropicais, como no caso da cana-de-açúcar. Ou seja, o custo da reprodução da força de trabalho nestes setores não poderia comprometer o sistema colonial aqui instalado.

Por outro lado, na atividade charqueadora, esta transfere a perda para o criador e compromete também a qualidade do produto, perdendo mercado para os países vizinhos do Prata sempre que não houvesse proteção alfandegária para o produto nacional. Esta estrutura gera de certa forma, um sistema de produção onde a transferência de recursos para outros setores não justifica nem estimula ao progresso técnico, a investimentos no setor produtivo, dada a não garantia de retorno. Ou seja, uma economia voltada para o consumo interno, portanto de baixa remuneração.

Então, o que permite uma remuneração maior ao produtor é a área, em média, segundo Roche (1969) apud Fonseca (1983), uma estância possuía 13.000 ha (uma sesmaria), comportando 10 mil cabeças de gado, um capataz e 10 peões. A reprodução da unidade de produção (estância) não exige grandes investimentos. Isto somado a proteção da atividade pelo Estado – pois a garantia da fronteira está nas mãos dos estancieiros – permite que o rendimento com a venda do gado, garanta a compra de outros produtos que fossem necessários. Segundo Pesavento (1980, p. 17):

Dentro da sua própria visão, o estancieiro, proprietário da terra e do gado, operava segundo o lucro mercantil, ou seja, aquele obtido pela venda do gado no mercado. O que lhe importava, basicamente, era ganhar para si uma renda monetária que lhe permitisse manter o custo da produção e comprar outros produtos de que necessitava. Considerando, contudo as condições dadas, de monopólio privado da terra e do gado, a diferença entre o valor da produção pecuária

e o preço da produção social média aparecia como renda da terra... Parte do capitalismo agropecuário não tem custo monetário de aquisição (pelo processo de herança) nem o custo de reprodução (pela reprodução natural do gado).

O cercamento das terras a partir de 1870 dispensa um grande contingente de pessoas que viviam nos limites das propriedades, como posteiros e outros agregados. A consequente imediata é a favelização nas cidades e o surgimento do “índio vago” que rodava os caminhos sem ter onde se estabelecer. Neste período, uma boa parte dos estancieiros muda-se para a cidade, terminando a relação mais próxima com o capataz e os demais empregados. É também nestes anos, que começa a introdução de raças européias, o que se tornaria um diferencial da pecuária gaúcha acompanhando a tendência dos vizinhos do Prata.

A virada do século vem acompanhada do fim do auge das charqueadas e o começo da era da refrigeração da carne, implicando mudanças no tempo de abate de novilhos. Do ciclo do couro às charqueadas, o tempo de abate ideal girava em torno dos 7 aos 8 anos, quando o animal abatido tinha a melhor relação entre espessura do couro, carcaça e gordura. A frigorificação exige um rebanho mais apurado, e o tempo de abate cai para quatro anos e meio. A introdução dos banheiros carrapaticidas em 1914, junto com outras medidas na área de sanidade animal e manejo, conseguem diminuir o tempo de abate para 3 anos, como no sistema francês Voisin, encontrando aí o limite. A partir dos anos 1960, alguns produtores conseguiram diferenciar seu produto, obtendo melhores vendas para um mercado restrito. Todavia, desde o tempo das charqueadas, e mesmo com a chegada dos frigoríficos, os produtores não mais conseguiram superar suas crises sem a interferência do Estado.

Todavia, mesmo com a diminuição do tempo de produção, poucas modificações são introduzidas no sistema de produção. Ou seja, as variáveis sanidade (saúde animal), manejo (distribuição de animais e campos), genética (adequação e pureza das raças) e alimentação (melhoramento dos campos, formação de pastagens, silagens etc), não são integradas e trabalhadas de forma sistêmica. Pelo contrário, nesta pecuária tradicional, a mistura de raças zebrúneas ao plantel preferencialmente europeu, desvalorizou o rebanho gaúcho.

O parcelamento da terra, com certeza, contribuiu para acelerar a falência dos produtores. Mantiveram-se e, por vezes, ampliaram os negócios, aqueles produtores que diversificaram a atividade, como a produção de terneiros ou a terminação de novilhos. Outra forma encontrada foi a transferência de recursos da pecuária para compra de bens de fácil liquidez em períodos de inflação, como carros, telefones e mesmo imóveis, intercalados em períodos de alta e baixa do boi gordo.

Esta situação não se modifica na década de 80 e nos anos 90. Com a chegada do Plano Real e a relativa estabilidade da inflação, a diversificação

dos produtores não funciona mais como estratégia, e a decadência da pecuária tradicional na Campanha pode ser percebida pelo número de imóveis para venda e a queda do preço da terra com esse destino (Fontoura, 2000).

A pecuária tradicional deve, mantida as atuais condições, continuar em crise até que a oferta do produto se iguale ao mercado que se abastece dela, ou seja, açougues populares e abatedouros (em sua maioria clandestina), que remuneram mal o produtor. Até o momento nenhum programa, oficial ou não, envolveu de forma efetiva este grupo de produtores, mesmo os programas dos sindicatos não os alcançam, pois existe a impossibilidade de assimilar a informação necessária para produção da atividade pecuária em escala empresarial.

A partir da metade dos anos 80, consolidando-se na década de 90, ocorre uma mudança de paradigma na produção pecuária gaúcha, a que chamamos de pecuária empresarial. As variáveis sanidade, manejo, genética e alimentação passam a ser integradas e de forma sistêmica. A saúde animal passa a ser tratada de forma profilática, e os poteiros mais divididos. Os melhores campos foram destinados as matrizes e os novilhos confinados a céu aberto. O padrão genético é definido a partir do resultado desejado pelo produtor empresário. A alimentação é fornecida aos animais na forma do melhoramento dos campos, resteva de lavouras como arroz e soja, formação de pastagens e silagens (fermentação). O resultado é a melhoria dos índices de produtividade como a natalidade, mortalidade animal a diminuição do tempo de abate para dois anos.

A integração (ou associação como é chamada) com setores industriais à montante, e com setores atacadistas a jusante, impõe ao produtor uma posição de administrador para além do seu estabelecimento, de conhecimento do mercado, e de associação com seus pares na defesa de seus interesses comuns. O subsídio na forma como ocorreu no *boom* dos anos 70, não existe mais, onde a regra era ganhar para produzir. Hoje, distante das relações com o Estado, o subsídio chega na forma da isenção fiscal, ou produzir para ficar isento. Uma integração onde os produtores ficam com a parte mais lenta do processo produtivo, mas que têm maior domínio tecnológico e político, o que os diferencia das formas de integração dos produtores de suínos e aves, por exemplo.

Neste processo de globalização da economia, os empresários da pecuária bovina buscam mercados específicos para a colocação de seus produtos: a carne bovina diferenciada para um consumidor também diferenciado. Nada que surpreenda, pois esta é a tônica e o espírito da atual fase do capitalismo.

À montante, a pecuária empresarial vai estabelecer relações com a indústria genética, que vai propiciar animais capazes de diminuir o tempo de produção do gado bovino, ao mesmo tempo, em que o produtor deve encontrar como aplicar a tecnologia de acordo. A pecuária empresarial impõe um gerenciamento da empresa visando o lucro, não apenas a criação de animais.

Estes passam a ser mercadorias nas quais existe um investimento que deve, necessariamente, ser recuperado, ampliado no final do processo produtivo. Isto passa também, necessariamente, por novas relações de trabalho com os funcionários, com treinamento, respeito às leis trabalhistas e principalmente participação no crescimento da empresa.

A jusante, a pecuária empresarial vai estabelecer vínculos de parceria com frigoríficos e redes de supermercados (com grifes de carne, novilho jovem etc), onde é responsável pelo fornecimento regular de carne, reduzindo os estoques, diminuindo o tempo entre a saída do estabelecimento, o matadouro e o balcão do mercado. Esta agilidade aumentou o poder de barganha dos produtores, facultando-lhes o direito de participar da divisão dos lucros na cadeia produtiva, algo inconcebível nos tempos da pecuária tradicional.

A esta integração da pecuária empresarial a montante e a jusante denominamos de *I-P-A* (indústria-pecuária-atacado).

Por estas mudanças na gestão dos negócios e no modo de vida dos pecuaristas, é que acreditamos que a passagem do produtor da pecuária tradicional (ciclo longo), para a empresarial ou moderna (ciclo curto), não depende somente da vontade do produtor, pois a formação de um e de outro, bem como as relações que mantêm com o mundo externo e o estabelecimento, são completamente diferentes.

Sobre isso devemos salientar dois comportamentos que bem definem as diferenças entre o produtor tradicional e o empresarial. A proposta que norteia a associação ou o sindicato rural é outra. Estas entidades passaram a ter o caráter aglutinador e dissipador de tecnologias, procurando saídas para os produtores, respeitando as suas diferenças. As saídas visam uma reação do produtor frente as suas dificuldades. O tipo de liderança leva em conta as realizações do líder, não mais seus vínculos com as esferas de poder. Em muitas situações isto causa algum tipo de atrito entre os dois tipos de produtores, mas a inserção e o sucesso do empreendimento empresarial, acaba por impor-se frente às antigas estruturas agrárias mais conservadoras. A legitimidade da atual forma associativa se confirma a partir da participação de toda a gama de produtores nos cursos de extensão promovidos, bem como a aceitação e a satisfação dos entrevistados.

A participação nas conexões (programas de metodologias de avaliação genética) é outra diferença significativa entre o pecuarista tradicional e o empresarial, que pressupõe o manejo do rebanho em conjunto com vários estabelecimentos, além do acompanhamento de serviços terceirizados de avaliação genética (*A Granja*, nov., 1996).

Em grande parte, o aprimoramento genético dos bovinos está sob domínio de grupos multinacionais. Este fato por si só, já causaria a fuga do produtor tradicional, que desde o tempo da instalação dos frigoríficos temia

a presença do capital estrangeiro. Ao contrário, o produtor empresarial fortalece as conexões, e a partir deste estágio, vislumbra novos mercados para o seu produto, uma vez que o aumento de produtividade da pecuária empresarial advém dos resultados dos ganhos genéticos a partir do choque de sangue de raças diferentes, a heterose, e da seleção e avaliação das diferenças esperadas de progênie (DEP). A participação nas conexões tem que ser constante para obter os resultados desejados, o que mantém os pecuaristas sempre mobilizados para estas e outras ações que envolvam os interesses do setor.

Esta mudança de ritmo e racionalidade da produção e dos seus atores sociais transforma também a relação cidade-campo. As decisões tomadas no campo são geradas muitas vezes em centros urbanos maiores, e as cidades que são circundadas por zonas rurais tecnologicamente mais avançadas passam a prestar serviços especializados e respondem imediatamente às transformações que ocorrem no campo. Por outro lado, sedes urbanas circundadas por atividades primárias tradicionais tendem a refletir o ritmo e a racionalidade da produção predominante, diferenciando-se do modelo urbano-industrial. Às alterações de ritmo e racionalidade provocadas pela elevação do patamar tecnológico, onde as relações de produção são alteradas no meio rural, integradas às atividades urbano-industriais, chamamos de urbanização do rural, onde as relações capitalistas se desenvolvem integradas cidade-campo, diferenciada apenas no campo, onde a terra ainda é o meio de produção principal.

Assim, o que queremos ressaltar é que, tanto na agricultura como na pecuária, o processo de modernização envolve produtores com uma *racionalidade empresarial segundo o ritmo da reprodução do capital* e “não” os produtores com uma *racionalidade da produção familiar segundo o ritmo da reprodução da família-unidade de produção* (em sincronia com a reprodução da Natureza). A modernização se viabiliza onde se territorializam as condições de existência do primeiro, e não do segundo, e se expande do primeiro sobre o segundo. O epicentro das decisões está na cidade, não mais no campo.

Portanto, longe do determinismo (mesmo social), mais próximo das múltiplas determinações, cabe a Geografia localizar, identificar e relacionar os agentes de coação que resultam na divisão do trabalho, na especialização e na integração campo-cidade. Especialização esta que não torna homogêneo, posto que diferencia e integra, tornando as regiões agrícolas interdependentes. E aí um novo conceito de região.

Entendemos duas categorias importantes: *reprodução e cotidiano*. A primeira como as condições que se renovam dando continuidade ao processo, impondo um *ritmo*. A segunda, a percepção dos agentes de coação que influenciam as decisões tomadas pelos indivíduos, segundo *racionalidades* diferentes. *Espaço* é esta ordem social posta. Que será *espaço agrário* enquanto existirem diferenças entre o urbano e o rural!

REFERÊNCIAS

- DELGADO, G. da C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Editora Ícone-Unicamp, 1985.
- DERRUAU, M. *Geografia humana*. Lisboa: Editora Presente, 1982, 2 v.
- EMPRESA AGROPECUÁRIA GUATAMBU. Sistemas de Produção. Dom Pedrito s/d.
- ESTATUTO DA TERRA. Comissão de agricultura e pecuária. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. junho de 1985.
- FAUCHER, D. *Geografia agrária*. 2. ed. Barcelona, ediciones Omega s. a. 1975.
- FONSECA, P. D. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTOURA, L. F. M. *As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte-RS*. Porto Alegre, UFRGS (dissertação de mestrado) 1994.
- _____. *Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha*. São Paulo: tese de doutorado, USP, 2000.
- FRANTZ, T. R. *Les granjès de blè et soja. Genèse et evolution d'un groupe d'agriculteur capitaliste sur le plateau du Rio Grande do Sul-Brésil*. Paris, Universidade de Paris I. 1980, (tese de doutorado).
- _____. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola - o caso da Cotrijuí-Ijuí*, editora da FIDENE. 1982.
- GEORGE, P. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. (Org.) *Vida rural e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- _____. *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro: Cia. editora Forense. 1969.
- MANN, S.; DICKINSON, J. *Obstáculos ao desenvolvimento capitalista*. 1978. Publicado originalmente no The Journal of Peasant Studies v. 5, n. 4, p. 466-481, julho de 1978. Londres. trad. de Zander Navarro (xerox).
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil agrário*. Editora Vozes, 1986.
- MATTOS, C. de M. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, J. Olympio editores. 1975.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1988.
- MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- _____. *O movimento operário e questão cidade-campo no Brasil*. Estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- _____. *A formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- REVISTA A GRANJA, novembro de 1996.
- OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1987.
- PESAVENTO, S. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1980.
- QUEIROZ, M. I. P. *Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras*. São Paulo: Eevista do IEB, n. 19, 1977.
- SILVA, G. do C. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio editores. 1981.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994, 1 vol.
- _____. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortês editora; Campinas: editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, 2 v.